

Introdução

Resistência, um Conceito Camaleônico

Poucos conceitos resistem tanto a uma definição categórica quanto o de *resistência*. Distintas acepções do termo vêm sendo formuladas por autores de índole neogramsciniana ou pós-moderna, cuja agenda analítica se estende para além de questões de estrutura e controle social, contemplando (ou mesmo priorizando) manifestações de *agenciamento* – capacidade mediada socioculturalmente de agir de modo propositado (e, por vezes, criativo) diante de imposições coercivas e estados de dominação, impedindo, fortalecendo ou catalisando mudanças em normas, sanções e hierarquias culturais e sociais.

De acordo com Ahearn (2001: 109-110), o crescente interesse teórico pela temática do *agenciamento* é resultado de um conjunto de fatores que estimularam a interrogação sobre como as práticas reproduzem ou alteram formas estruturadas de constrangimento: em primeiro lugar, os movimentos sociais dos anos 1960 e 1970; em seguida, os levantes populares na Europa Central e Oriental, entre o término da década de 1980 e o princípio da década de 1990; por fim, a disseminação das críticas pós-modernas e pós-estruturalistas focadas no questionamento das “grandes narrativas” que não concedem espaço para tensões, contradições ou ações oposicionistas pontuais por parte de indivíduos e coletividades. À lista elaborada pela autora podemos acrescentar, ainda, os mais recentes ataques (jocosos, intempestivos, aguerridos) contra distintas figurações e efeitos da “globalização”, do “neoliberalismo” ou do “capitalismo tardio”, efetuados mundialmente por ambientalistas, novos movimentos sociais, grupos de ação direta e *culture jammers* – em regra, desiludidos tanto com os rituais e as instituições da democracia representativa quanto com as formas tradicionais de dissenso e protesto (Amoore, 2005; Butko, 2006; Dias e Ferreira, 2004; Donk, 2004; Freire Filho e Cabral, 2007; Mittelman, 1998; Pérez, 2001; Ryoki e Ortellado, 2004; Seoane e Taddei, 2001).

Concebida e valorizada, geralmente, como expressão mais palpável e significativa de agenciamento, a multifacetada noção de *resistência* desfruta, hoje em dia, de notável projeção no campo das ciências sociais, da história, da geografia, da literatura, dos estudos culturais e da crítica feminista. No encontro anual da American Sociological Association, em 2001, artigos sobre o tema do momento foram debatidos nas sessões dedicadas a esporte, gênero, movimentos sociais, sociologia política, tecnologia, entre outras (Hollander e Einwohner, 2004: 533). Ao folhear, casualmente, a edição de fevereiro de 1994 da *American Ethnologist*, Brown (1996) constatou que a palavra *resistência* (e os seus múltiplos refinamentos e mutações, como “subversão” e “transgressão”) figurava no título ou subtítulo de mais da metade dos ensaios, sendo mencionada, de passagem, em vários outros – “Se existe alguma hegemonia hoje, é a hegemonia teórica da resistência” (729), ironizou o antropólogo, sem disfarçar seu incômodo com o “caso amoroso” entre a academia e um conceito tão volúvel a ponto de abarcar desde “contextos de inequívoca opressão política até as mais efêmeras formas de cultura de massa” (730).

Impressiona, sem dúvida, a amplitude das ações e dos comportamentos qualificados como “resistentes” em todos os níveis da vida social (individual, coletivo e institucional) e em diferentes cenários (partidos políticos; cultura popular; entretenimento massivo; escola; prisão; rua; local de trabalho; quarto de dormir...). Nos registros compreensivelmente pródigos dos dicionários, o vocábulo *resistência* e os seus correlatos remetem a uma desnorteante constelação de modos ativos e dinâmicos ou mais passivos e estáticos de lidar com situações e manobras julgadas adversas ou opressivas, aparecendo como sinônimos de: a) “recusa de submissão à vontade, à persuasão e ao controle de outrem”; b) “reação organizada a uma ocupação militar estrangeira”; c) “defesa jurídica contra uma ordem injusta”; d) “capacidade de suportar dor, fadiga, privações materiais ou intempéries”, entre outros significados.

Mesmo na esfera mais restrita da teoria social, o perímetro semântico da *resistência* demonstra uma imoderada elasticidade referencial, incitada por diferentes concepções de *poder* e *subjetividade*. “Da revolução aos cortes de cabelo, tudo tem sido descrito como resistência”, ratificaram Hollander e Einwohner (2004: 534), após o exame de centenas de artigos e livros de ciências sociais em que o conceito é um tópico teórico ou empírico central. Indivíduos, comunidades, subculturas e categorias sociais inteiras – territorialmente

localizadas ou dispersas em nomadismos e diásporas – são flagrados resistindo (de variadas formas, manifestas ou tácitas) à exploração, à marginalização, ao aviltamento, à frustração pessoal, ao imperialismo cultural... Etc.

O principal foco de controvérsia entre as discrepantes abordagens dos parâmetros conceituais da *resistência* é a necessidade ou não de *intencionalidade* por parte de quem resiste e de *reconhecimento* daquela ação por parte dos alvos da resistência e dos demais membros da sociedade. Para alguns autores, determinar a intenção de indivíduos e grupos é uma tarefa supinamente espinhosa ou mesmo impossível, devido não só às dificuldades de acesso às motivações internas dos atores sociais, como também a diferenças culturais:

Em virtude do fato de que uma mesma ação pode conter diferentes significados em diferentes culturas, aqueles que não fazem parte de uma determinada cultura podem avaliar equivocadamente a dimensão de resistência de uma ação. Logo, questões de intenção e reconhecimento podem se afetar mutuamente: um observador (por exemplo, um pesquisador) pode falhar em reconhecer um ato como resistente, se ele não detiver o conhecimento cultural para identificar a intenção por trás daquela ação (idem: 543).

As divergentes posições epistemológicas e ontológicas que norteiam as definições e as identificações da *resistência* podem ser divididas, de maneira bastante esquemática, em “modernas” e “pós-modernas” (Raby, 2005). Nas perspectivas modernas, o poder (arraigado na estrutura de classe ou no patriarcado) constitui algo que é possuído pelo grupo dominante e é exercido contra o subordinado; o subalterno é capaz, por sua vez, de resistir e tentar tomar o poder. Sob este prisma, o Estado é encarado, amiúde, como um instrumento das classes dominantes, utilizado para manufaturar consentimento e assegurar a manutenção do *status quo* – o que equivale a dizer que a dominação envolve a subjugação através da ideologia.

Tal posição binária em relação ao poder (institucionalizado e relativamente fixo) se conecta com uma concepção determinada de *agenciamento* e *subjetividade* em que o lócus da ação e da moralidade é um sujeito racional, pré-discursivo, internamente coerente, com um posicionamento claramente definido frente à dominação. O agenciamento, manifestado como resistência, pode emergir por intermédio das experiências do oprimido e de

sua aversão à coação. Embora temerários, os caminhos para a mudança social – como destronar a classe dominante – são tão nítidos quanto quem detém o poder e quem é o subjugado. A resistência está normalmente ligada à fermentação de utopias – especulações, fantasias e exercícios de imaginação histórica que vislumbram uma radical alteridade sistêmica, a partir da qual se configurariam formas de vida e arranjos sociais genuinamente comprometidos com o livre desenvolvimento individual e o bem-estar coletivo.¹

Como se sabe, existem controvérsias dentro do próprio marxismo a propósito da conceituação da *subjetividade*, no que tange ao grau em que somos determinados economicamente, ao papel da ideologia e ao processo da tomada de consciência de classe. Ainda assim, predomina a tendência de associar-se o surgimento da resistência a uma essência interior da humanidade (uma espécie de extravasamento de um rancor inato diante da subjugação), a uma reação a condições estruturais limitantes, a um reconhecimento da contradição entre ideologia e experiência ou, ainda, a um processo de conscientização da situação de oprimido animado por vanguardas revolucionárias.

Em vez de celebrar resistências coletivas, organizadas, oposicionistas, as abordagens pós-modernas tendem a enfatizar fluxos complexos de relação de poder, subjetividades construídas, fragmentárias e atividades locais e individualizadas. “É mais eficaz politicamente, como também mais analiticamente preciso, pensar em termos das ‘múltiplas posições de agenciamento’ que nós ocupamos”, argumenta Mann (1994: 171). “Cada indivíduo envolvido deve tentar, no seu dia-a-dia e ao longo do tempo, integrar e reconciliar um conjunto confusamente variado de motivações, obrigações e desejos de reconhecimento ou recompensa”.

Dentro deste modelo analítico, a contingência e a contradição desempenham papel crucial para a geração de resistência. Argumenta-se que eventuais fissuras na interpelação e na constituição discursiva podem permitir a experimentação e a configuração, ainda que efêmera, de modos novos e imprevisíveis de

¹ “Nosso senso de agenciamento feminista nos anos 1970 estava edificado sobre a crença de que éramos parte de uma revolução, que as coisas não seriam e nunca deveriam ser as mesmas novamente. Mais ainda, nossa experiência de agenciamento era fundamentalmente relacionada com as mudanças sociais e políticas que nós defendíamos e nas quais sentíamos que tomávamos parte” (Mann, 1994: 115).

pensar e agir; a emergência de “uma outra possibilidade de geografia para o desejo” (Guimarães, 2006: 641). Nesse processo, conhecimentos, verdades e rótulos preestabelecidos que disciplinam e assujeitam, mecanismos de controle que anestesiam a potência criadora podem ser questionados, reinterpretados, desautorizados e alterados. A chave para este agenciamento micropolítico é, segundo Mann (1994: 124), um “individualismo engajado”, que permitiria combinar “formas de agenciamento econômico e interpessoal” e experimentações com “várias identidades e também diversas relações familiares e comunitárias”.

Dependendo, pois, da formação cultural, da posição social e das inclinações teóricas e políticas do analista, uma mesma atividade pode ser descrita como “resistente”, “rebelde”, “rude”, “anômica”, “desviante”, “diversionista”, “delinqüente” ou “patológica”, conforme atestam as copiosas pesquisas sobre o comportamento juvenil, realizadas no âmbito das ciências humanas e sociais. Um exemplo quiçá ainda mais eloqüente das dissonâncias na apreensão do fenômeno da *resistência* é a polêmica em torno dos casos de anorexia nervosa, assiduamente reportados desde o final do século XX. Em contraste com as interpretações convencionais da anorexia como uma observância extrema dos ideais de beleza chancelados pela mídia, uma incorporação dramática da regulação e do controle social das mulheres, releituras foucaultianas compreendem a inanição voluntária como uma prática ativa e oposicionista de renúncia da “feminilidade normativa” – um protesto contra os significados sociais preestabelecidos do corpo feminino; um modo de ataque de guerrilha contra os códigos patriarcais (Eckermann, 1997: 157-8; Grosz, 1994: 40). Neste contexto, o movimento pró-ana – dinamizado por adolescentes em incontáveis *sites* da Internet – é reavaliado como foco de construção de uma “identidade anoréxica” positiva, dotada de status e *empoderamento*², constituindo um desafio tanto aos discursos biomédicos e psiquiátricos hegemônicos quanto

² O conceito é empregado na psicologia, nas ciências sociais, nos estudos culturais e na economia para designar, em linhas gerais, o processo por meio do qual indivíduos e grupos sociais ampliam a capacidade de configurar suas próprias vidas, a partir de uma evolução na compreensão sobre suas potencialidades e sua inserção na sociedade. Não se trataria, em princípio, somente de uma questão de aumento de poder e autonomia individual ou de elevação da auto-estima, mas da aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política. A partir dos anos 1990, o termo virou moda não só entre estudiosos e integrantes de comunidades minoritárias, mas também dentro da cultura comercial *mainstream*, articulando referências

aos feministas ortodoxos, que infantilizam as mulheres como vítimas ingênuas e inconscientes dos padrões patriarcais de magreza (Dias, 2003).

Os critérios que aquilatam a eficácia oposicionista de determinadas ações também variam bastante. Com base em diferentes visões acerca da pujança radical da *performance* e da *carnavalização*, cerimônias coletivas de união de pessoas do mesmo sexo e paradas que celebram o “orgulho gay” podem tanto ser exaltadas como subversões inovadoras e efetivas de valores e normas de comportamento quanto rechaçadas como encenações confeccionadas sob os ditames da sociedade do espetáculo, folias inconseqüentes cujos idealizados efeitos de ruptura são facilmente assimiláveis pela ordem da diversão midiática.

Para complicar ainda mais este quadro interpretativo, atitudes classificadas como “resistentes”, sem maiores ressalvas, comportam, não raro, outros significados, devido à diversidade de posições de sujeitos que ocupamos simultaneamente e à natureza fragmentada e entrecruzada das opressões e dominações. O repúdio à autoridade do professor em sala de aula, por exemplo, pode representar um desafio às expectativas do sistema escolar de classe média ou um conformismo perante as pressões do grupo de pares dominante (Ruby, 2005: 158). Como avaliar, por sua vez, a presença das mães que protestavam, pacificamente, na Praça de Maio contra o desaparecimento de membros de suas famílias durante o regime militar argentino? Estaríamos, em última análise, diante de mais um reforço da versão tradicional das relações de gênero, em que compete *naturalmente* às mulheres a preocupação com a família? Ou de um uso estratégico do estereótipo da maternidade, que dificultava represálias virulentas da ditadura contra as *genitoras extremosas*? “O papel das mulheres como mães era imposto pela cultura oficial, e isto limitava a função que elas podiam desempenhar na vida pública. Entretanto, e a despeito do fato de que as mulheres não rejeitavam inteiramente a visão tradicional da maternidade, elas foram capazes de usar o papel convencional e politizá-lo”, ponderam Baldwin *et al.* (2000: 261). “Embora não se possa dizer que o protesto tenha transformado o poder político, ele criou um espaço em que pôde ocorrer uma discussão a respeito de justiça e de eventos que o governo militar almejava suprimir” (idem).

ao incremento do poder de compra de certos nichos de mercado com o poder político-social representado pela constituição de novas formas de subjetividade.

Tradicionalmente associada a protestos organizados ou insurreições coletivas de larga-escala contra instituições e ideologias opressivas, a noção de *resistência* passou a ser frequentemente relacionada, desde os anos 1980, com ações mais prosaicas e sutis, gestos menos tipicamente heróicos da vida cotidiana, não vinculados a derrubadas de regimes políticos ou mesmo a discursos emancipatórios. Fazer gazeta ou “corpo mole” na escola e no trabalho; caminhar à toa, andar sem destino pelas ruas da cidade; reconfigurar os significados de espaços públicos e comerciais como zonas de autonomia e festa; fingir aquiescência ou ignorância; difamar o chefe e outras figuras de autoridade (ou zombar deles pelas costas); desobedecer a ordens médicas, escondendo comida e descartando bebidas nos quartos de hospitais; cometer pequenos furtos ou sabotagens; envolver-se com boicotes ou saques; adotar estilos de vida “alternativos” ou “antimaterialistas”; não votar; interpretar a contrapelo mensagens reacionárias, patriarcais ou infamantes da mídia; assimilar mensagens de caráter progressista ou ‘empoderador’ latentes na mídia; usar, de maneira desfigurada ou customizada, peças de roupas da moda; incorporar trajes e cortes de cabelo ligados a tradições culturais ou religiosas; falar ou escrever na língua nativa; romper com o discurso de vítima; silenciar-se deliberadamente; assumir “comportamentos de risco” (desde esportes radicais até sexo anal sem preservativo com indivíduos contaminados pelo vírus HIV); submeter-se voluntariamente a “modificações corporais *nonmainstream*” (práticas de *branding*, *burning*, *cutting* e inserção de implantes subcutâneos)... Eis aí uma módica amostra das inúmeras atividades e condutas realçadas como expressão de resistência, consoante a bibliografia referenciada no final desta introdução. Sobressai, nesta sondagem, a vital influência das teorizações de Certeau ([1980] 1994) e Scott (1985, 1990, 1993) a propósito das “artes”, “estratégias” ou “táticas” cotidianas de resistência dos oprimidos e do postulado foucaultiano da coexistência e mútua implicação do par *poder/resistência* (Foucault, [1976] 1984: 91-92; [1977] 1989: 240-241).

Controvérsias particularmente constantes e vigorosas acerca da elusiva noção de *resistência* pontuam toda a história do campo interdisciplinar dos *estudos culturais* – desde a sua emergência na Inglaterra do pós-guerra (como uma alternativa não só às especulações idealistas sobre a relação entre *cultura* e *sociedade* propostas por um humanismo literário politicamente conservador e culturalmente elitista, como também ao determinismo econômico da crítica marxista tradicional), passando pelo período de seu estabelecimento mais for-

mal nos anos 1970, sob a mítica rubrica “Escola de Birmingham”, até a sua posterior aclimação ao ambiente universitário australiano e norte-americano.

Para os proponentes dos estudos culturais, a questão central não era somente introduzir, no âmbito das humanidades, o significado de *cultura* em sua definição antropológica, fornecendo as bases de um novo paradigma crítico mais inclusivo, que considera como matérias válidas de investigação as experiências e os estilos de vida, o consumo e a produção simbólica de todos os membros da coletividade. Marcada por um senso de compromisso com discussões políticas prementes da sociedade britânica, a intervenção engajada dos *cultural studies* se notabilizou, no final dos turbulentos anos 1960, por tentar situar o universo das “práticas significantes” e da “vida cotidiana” dentro de uma teorização neomarxista a respeito dos usos da cultura na reprodução e no questionamento social.

Naquela conjuntura, prestigiosos intelectuais de esquerda de diferentes cantos do globo se voltavam para a *cultura*, fascinados ou fustigados pelo crescimento fenomenal de signos e espetáculos, modas e estilos. Jorravam, por toda parte, reflexões (de teor apocalíptico ou mais benevolente) a propósito da nova ordem capitalista pós-industrial, da sociedade de consumo capitaneada pelos meios de comunicação de massa. As ansiedades quanto a uma infrene americanização do mundo eram, por vezes, atenuadas diante da emergência de novos movimentos sociais com caráter reivindicante, oposicionista, igualmente assentados sobre o terreno da cultura (valores; linguagem; pertencimento; tradição; identidade). Para os teóricos preocupados em reestruturar e energizar o pensamento radical, a cultura não se afigurava mais apenas como uma distração idealista ou um acessório opcional – constituía a própria gramática e arena da luta política. Conforme ressalva Denning (2005: 94), “os novos materialismos culturais não eram simplesmente uma reafirmação da importância da superestrutura, mas um repensar da economia e da política em termos culturais”.

O desabrochar dos estudos culturais britânicos – com sua ênfase na natureza mediada e nos aspectos representacionais do poder – está diretamente vinculado a esta percepção mais generalizada acerca da prevalência da cultura no seio das articulações do consenso e do dissenso político:

[A] cultura, tanto de um modo específico, como textos estéticos e expressivos, quanto num sentido mais generalizante, como linguagem e comunicação, tinha emergido historicamente como um domínio crucial no qual a história estava sendo feita, e a resistência estava sendo, pelo menos plausivelmente, organizada. (...) Ou talvez, para falar de forma mais precisa, a cultura como texto e discurso – como uma estrutura de mediação cognitiva e semântica – era onde a experiência vivida de mudança histórica estava sendo constituída. Era onde as pessoas viviam e atribuíam sentido às mudanças e aos desafios políticos das suas vidas (e, por conseguinte, constituíam-nos). (...) Obviamente, dizer que a cultura estava se tornando dominante não equivale a afirmar que ela era determinante, e a nova visibilidade e o novo papel da cultura eram, sem dúvida, o resultado, de maneiras complexas, das particularidades dos arranjos políticos e econômicos do pós-guerra (por exemplo, o compromisso corporativo do “liberalismo”, a Guerra Fria etc.), mas também das contestações (incluindo a ascensão tanto do novo conservadorismo quanto da contracultura, do movimento dos direitos civis, do feminismo e da política de identidade de forma mais abrangente, dos pânicos morais em torno da cultura juvenil) (Grossberg, 2006: 10-11).

A partir do momento em que o conceito de *cultura* é atrelado expressamente pelos *cultural studies* a uma problemática de poder, torna-se inevitável a interrogação sobre *dominações* e *resistências* – seja ela formulada sob os auspícios da obra de Gramsci ou sob o impacto mais recente dos escritos de Certeau e Foucault. Na realidade, tais contendidas constituem a própria essência do protocolo analítico do novo campo de investigação, cujo objetivo principal é, em poucas palavras, esmiuçar (por meio de análises textuais e abordagens etnográficas) de que maneiras os recursos culturais funcionam tanto para forjar a aceitação do *status quo* e a dominação social quanto para habilitar e encorajar os estratos subordinados a resistir à opressão e a contestar ideologias e estruturas de poder conservadoras. A partir dos anos 1980, a segunda parte desta equação passou a ser cada vez mais enfatizada, configurando-se uma tendência de celebração extrema da capacidade reagente dos grupos inferiorizados – aptos, invariavelmente, a suplantar as tentativas de regulação das esferas do pessoal, do privado e do cotidiano, absorvendo, reciclando ou rechaçando padrões e categorias normativas promovidas pelos aparatos cognatos da mídia e do consumismo.

Não tenho a pretensão megalômana de oferecer, neste livro, um relato crítico exaustivo das discussões em torno do conceito de *resistência* travadas no decurso da sinuosa trajetória de formação e institucionalização dos estudos culturais (Brantlinger, 1990; Carey, 1998; Cevalco, 2003; Gray, 2003; Grossberg, 1993, 1997, 2006; Grossberg *et al.*, 1992; Hall, 1980, 1996a, 1996b; Hartley, 2003; Kellner, 2001: 47-74; Mattelart e Neveu, 2004; Silva, 1999; Sparks, 1996; Striplas, 1998; Turner, 1990). Minha proposta – mais viável, ainda que bastante abrangente – é analisar os fundamentos e os impasses teóricos e metodológicos dos debates articulados em um território específico: o denso acervo de investigações sobre as práticas de oposição engendradas pelos jovens, normalmente vistos como *sismógrafos*, *barômetros* ou *catalisadores* de mudanças na produção e no consumo cultural, nos comportamentos e nas relações sociais.

Ao longo de três capítulos inter-relacionados, examino os distintos contornos assumidos pela noção de *resistência juvenil*, elucidando os vínculos significativos entre alterações conceituais e mudanças na conjuntura histórica e acadêmica. O cerne de minha abordagem são os clássicos estudos a respeito das “subculturas espetaculares” dos anos 1970 (e suas reformulações ou implosões pós-modernas) e os trabalhos mais contemporâneos sobre os “fãs criadores” (receptores ativos e produtores prolíficos de artefatos culturais) e as “empoderadas” garotas pós-feministas (estandartes de uma “feminilidade revolucionária”, obcecadamente teorizada pela academia e representada pela mídia).

Os jovens e seus pesquisadores (ou *artífices discursivos*) constituem, portanto, os protagonistas deste livro. Acredito, porém, que a imersão crítica no terreno movediço da *resistência juvenil* pode contribuir para reflexões mais amplas e diversificadas tanto a respeito da mobilização do poder nas formações simbólicas quanto das determinações (e indeterminações) da ação social. Ficaria particularmente satisfeito se este livro estimulasse, de alguma forma, revisões cautelosas de modismos acadêmicos como “empoderamento” e “cultura participativa”, manejados, amiúde, com soberbo *otimismo da razão* e minguado rigor conceitual.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. The romance of resistance: tracing transformations of power through Bedouin women. *American Ethnologist*, vol. 17, n° 1, p. 41-55, 1990.
- AHEARN, Laura M. Language and agency. *Annual Review of Anthropology*, vol. 30, p. 109-137, 2001.
- AMOORE, Louise (ed.). *The global resistance reader*. Londres: Routledge, 2005.
- BALDWIN, Elaine *et al.* *Introducing cultural studies*. Athens: University of Georgia Press, 2000.
- BELL, Mebbie. Re/forming the anorexic “prisoner”: inpatient medical treatment as the return to panoptic femininity. *Cultural Studies <=> Critical Methodologies*, vol. 6, n° 2, p. 282-307, 2006.
- BRANTLINGER, Patrick. *Crusoe’s footprints: cultural studies in Britain and America*. Nova Iorque: Routledge, 1990.
- BROWN, Michael F. On resisting resistance. *American Anthropologist*, vol. 98, n° 4, p. 729-735, 1996.
- BUTKO, Thomas J. Gramsci and the “anti-globalization” movement: think before you act. *Socialism and Democracy*, vol. 20, n° 2, p. 79-102, 2006.
- CANIATO, Angela; CESNIK, Claudia Cotrim. Adolescência e resistência. *Anais do I Simpósio Internacional do Adolescente*, São Paulo, 2005. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200016&lng=en&nrm=abn. Acesso em 04 jan. 2007.
- CAREY, James W. Reflexiones acerca del proyecto de los estudios culturales (norteamericanos). In: FERGUSON, Marjorie; GOLDING, Peter (eds.). *Economía política y estudios culturales*, p. 41-74. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [1980].
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996 [1986].
- COLUCCI, Mario. Hystériques, internés, hommes infâmes: Michel Foucault et la résistance au pouvoir. *Sud/Nord*, n° 20, p. 123-145, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DENNING, Michael. *A cultura na era dos três mundos*. São Paulo: Francis, 2005.

DIAS, Karen. The Ana sanctuary: women's pro-anorexia narratives in cyberspace. *Journal of International Women's Studies*, vol. 4, nº 2, p. 31-45, 2003.

DIAS, Renata de Souza; FERREIRA, Jairo. Movimentos de resistência global: a transformação das relações entre o campo político e midiático. Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre, RS, 2004.

DONK, Wim Van de et al (eds.). *Cyberprotest: new media, citizens and social movements*. Nova Iorque: Routledge, 2004.

ECKERMAN, Liz. Foucault, embodiment and gendered subjectivities: the case of voluntary self-starvation. In: PETERSEN, Alan; BUNTON, Rbyn (eds). *Foucault, health and medicine*, p. 151-169. Londres: Routledge, 1997.

FISKE, John. *Understanding popular culture*. Londres: Unwin Hyman, 1989.

_____. Radical shopping in Los Angeles: race, media and the sphere of consumption. *Media, Culture & Society*, vol. 16, nº 3, p. 469-486, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984 [1976].

_____. Não ao sexo rei. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*, p. 229-242. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOURNIER, Susan. Consumer resistance: societal motivations, consumer manifestations, and implications in the marketing domain. *Advances in Consumer Research*, vol. 25, p. 88-90, 1998.

FRANK, Katherine. Agency. *Anthropological Theory*, vol. 6, nº 3, p. 281-302, 2006.

FREIRE FILHO, João; CABRAL, Ana Julia Cury de Brito. Contra hegemonia e resistência juvenil: movimentos mundiais de contestação da ordem neoliberal. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007 (no prelo).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1947].

GRAY, Ann. Cultural studies at Birmingham: the impossibility of critical pedagogy? *Cultural Studies*, vol. 17, nº 6, p. 767-782, 2003.

GROSSBERG, Lawrence. *Bringing it all back home: essays on cultural studies*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1997.

_____. The cultural studies' crossroads blues. *European Journal of Cultural Studies*, vol. 1, nº 1, p. 65-82, 1998.

_____. Does cultural studies have futures? should it? (or what's the matter with New York?). Cultural studies, contexts and conjunctures. *Cultural Studies*, vol. 20, nº 1, p. 1-32, 2006.

GROSSBERG, Lawrence *et al.* Cultural studies: an introduction. In: GROSSBERG, Lawrence *et al* (eds). *Cultural studies*, p. 1-18. Londres: Routledge, 1992.

GROSZ, Elizabeth. *Volatile bodies: towards a corporeal feminism*. Sydney: Allen and Unwin, 1994.

GROULEZ, Marianne. Écrire l'anorexie. Évolution de la maladie, renouvellement du discours. *Études*, 405/4, p. 330-337, 2006.

GUIMARAES, Cristian Fabiano *et al.* Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. *Psicologia: ciência e profissão*, vol. 26, nº 4, p.632-645, 2006.

GUTMANN, Matthew C. Rituals of resistance: a critique of the theory of everyday forms of resistance. *Latin American Perspectives*, vol. 20, nº 2, p. 74-92, 1993.

_____. Rituals of resistance: a critique of the theory of everyday forms of resistance: rejoinder. *Latin American Perspectives*, vol. 20, nº 2, p. 95-96, 1993.

HALL, Stuart. Cultural studies and the Centre: some problematics and problems. In: HALL, Stuart *et al* (eds.). *Culture, media, language*, p. 15-47. Londres: Routledge, 1980.

_____. The rediscovery of ideology: return of the repressed in media studies. In: GUREVITCH, Michael *et al.* (eds.). *Culture, society, and the media*, p. 56-90. Londres: Methuen, 1982.

_____. Cultural studies: two paradigms. In: STOREY, John (ed.). *What is cultural studies? A reader*, p. 31-48. Londres: Arnold, 1996a.

_____. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY David; CHEN, Kuan-Hsing (eds.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*, p. 262-275. Londres: Routledge, 1996b.

_____. The problem of ideology: marxism without guarantees. In: MORLEY David; CHEN, Kuan-Hsing (eds.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*, p. 25-46. Londres: Routledge, 1996c.

HARTLEY, John. *A short history of cultural studies*. Londres: Sage, 2003.

HOLLANDER, Jocelyn A.; EINWOHNER, Rachel L.. Conceptualizing resistance. *Sociological Forum*, vol. 19, n° 4, p. 533-554, 2004.

KATES, Steven M.; BELK, Russel W. The meanings of Lesbian and Gay Pride Day: resistance through consumption and resistance to consumption. *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 30, n° 4, p. 392-429, 2001.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KUUMBA, M. Bahati; AJANAKU, Femi. Dreadlocks: the hair aesthetics of cultural resistance and collective identity formation. *Mobilization: An International Quarterly*, vol. 3, n° 2, p. 227-243, 1998.

LODY, Raul. *Cabelos de axé: identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004.

LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. Resistência e emancipação social: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. Trabalho apresentado no GT Economia Política e Políticas da Comunicação do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, 2007.

McLENNAN, Gregor. Resistance. In: BENNET, Tony *et al.* (eds.). *New keywords: a revised vocabulary of culture and society*, p. 309-311. Oxford: Blackwell, 2005.

McNAY, Lois. *Gender and agency: reconfiguring the subject in feminist and social theory*. Cambridge: Polity Press, 2000.

MACLEOD, Arlene Elowe. Hegemonic relations and gender resistance: the new veiling as accommodating protest in Cairo. *Signs*, vol. 17, n° 3, p. 533-557, 1992.

MANN, Patricia S. *Micro-politics: agency in a postfeminist era*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.

MAY, Tim. From banana time to just-in-time: power and resistance at work sociology. *Sociology*, vol. 33, n° 4, p. 767-783, 1999.

MERCER, Kobena. Black hair/style politics. In: GELDER, Ken; THORNTON, Sarah (eds.). *The subcultures reader*, p. 420-435. Londres: Routledge, 1997.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n° 49, p. 95-121, 2000.

MORAIS, Rodrigo de Oliveira. *www.sabotagem: pirataria ou resistência?*. Trabalho apresentado no NP Tecnologias da Informação e da Comunicação do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

MORTON, Adam David. “La resurrección del maíz”: globalisation, resistance and the zapatistas. *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 31, n° 1, p. 27-54, 2002.

ORTEGA, Francisco. Das utopias sociais às utopias corporais: identidades somáticas e marcas corporais. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*, p. 42-58. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PEÑALOZA, Lisa; PRICE, Linda L.. Consumer resistance: a conceptual overview. *Advances in Consumer Research*, vol. 20, p. 123-128, 1993.

PÉREZ, Manuel Monereo. Génova: resistencias, nuevos sujetos y reconstrucción de un movimiento anticapitalista. *Aportes*, vol. 6, n° 18, p. 135-140, 2001.

PICKETT, Brent L.. Foucault and the politics of resistance. *Polity*, vol. 28, n° 4, p. 445-466, 1996.

RABY, Rebecca. What is resistance?. *Journal of Youth Studies*, vol. 8, n° 2, p. 151-171, 2005.

ROUX, Dominique. Résistance du consommateur: un état de l’art sur les formes de réponses adverses au marché et aux firmes. *Actes du 4ème Congrès International des Tendances du Marketing*, 2005. Disponível em: http://www.univ-paris12.fr/irg/cahiers/_Paris_Venise.pdf. Acesso em 12 fev. 2007.

_____. La résistance du consommateur: conceptualisations, échelles d’observation et proposition d’un cadre d’analyse. *Actes du 22ème Congrès International de l’AFM*, Nantes, 2006.

Disponível em: http://www.univ-paris12.fr/irg/_cahiers/Resistance_du_consommateur.pdf. Acesso em 20 mar. 2007.

RUPERT, Mark. Globalising common sense: a Marxian-Gramscian (re-)vision of the politics of governance/resistance. *Review of International Studies*, vol. 29, p. 181-198, 2003.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. *Estamos vencendo! Resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

SAUKKO, Paula. Rereading media and eating disorders: Karen Carpenter, Princess Diana, and the healthy female self. *Critical Studies in Media Communication*, vol. 23, n° 2, p.152-169, 2006.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

_____. *Domination and the arts of resistance*. New Haven: Yale University Press, 1990.

_____. Rituals of resistance: a critique of the theory of everyday forms of resistance: reply James C. Scott. *Latin American Perspectives*, vol. 20, n° 2, p. 93-94, 1993.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (orgs.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SEYMOUR, Susan. Resistance. *Anthropological Theory*, vol. 6, n° 3, 303-321, 2006.

SILVA, Tomas Tadeu da (org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SPARKS, Colin. The evolution of cultural studies... In: STOREY, John (ed.). *What is cultural studies? A reader*, p. 14-30. Londres: Arnold, 1996.

STRIPHAS, Ted. The long march: cultural studies and its institutionalization. *Cultural Studies*, vol. 12, n° 4, p. 453-755, 1998.

THOMPSON, Kevin. Forms of resistance: Foucault on tactical reversal and self-formation. *Continental Philosophy Review*, vol. 36, p.113-138, 2003.

TURNER, Graeme. *British culture studies: an introduction*. Londres: Unwin Hyman, 1990.

WARIN, Megan. Transformations of intimacy and sociality in anorexia: bedrooms in public institutions. *Body & Society*, vol. 11, n° 3, p. 97-113, 2005.

WEITZ, Rose. Women and their hair: seeking power through resistance and accommodation. *Gender & Society*, vol. 15, n° 5, p. 667-686, 2001.